

LEONARDO MOTA NETO

Dívida Externa

CORREIO BRAZILIENSE

02 JUL 1989

Nuvens grossas no exterior

Os candidatos à Presidência da República não devem esperar que se abram plenamente negociações internacionais iniciadas neste governo, paralisadas por conta da falta de credibilidade dos projetos brasileiros. Versões existem de que não falta crédito, mas apenas a burocracia entope suas gavetas em Brasília, amarrando projetos que deveriam ser negociados em tempo. Outras versões dão conta de que os técnicos dos bancos internacionais encaram com reservas o nível profissional dos projetos. Fatos, e não versões, também dão conta de que os negociadores brasileiros não são aprumados o suficiente para entabolar conversações "vis-a-vis". Há queixas veladas ao comportamento do principal negociador brasileiro, o sr. Sérgio Amaral.

Mas a verdade é que os candidatos não devem aguardar que tudo mude como varinha mágica, ao simples passar da faixa presidencial. Não haverá contrapartidas em dinheiro, do lado brasileiro, para honrar projetos do Banco Mundial e do BID, que exigem depósitos do Governo na metade do que se quer receber. Recentemente, o ministro João Alves Filho negociou com representantes do Banco Mundial, com larga aceitação, que tais contrapartidas em projetos sociais fossem substituídas pelas próprias obras de casas populares, dutos de saneamento, adutoras de irrigação para pequenos produtores, e assim por diante. Será uma das poucas saídas que o novo Presidente terá em 1990.

Se realmente quiser dinheiro novo terá que entrar pela área da cooperação técnica para novos projetos, mas que sejam críveis

o menos possível e negociados pelo Itamarati ou pela Seplan. Aliás, o futuro Presidente da República terá que imediatamente unificar a questão do relacionamento externo, pois hoje a Fazenda tem gestão sobre a dívida, a Seplan sobre o relacionamento com o Fundo Monetário e os bancos de fomento mundiais, e o Itamarati sobre a cooperação técnica externa. Ninguém se entende.

No âmbito da cooperação, os italianos estavam prontos a colocar aqui em torno de cinco bilhões de dólares, atraindo capitais privados para investimentos em projetos de risco. Mas a Constituição, com o tratamento que deu às empresas nacionais, criando cartórios, esfriou o impeto dos empresários. Na semana passada, o candidato Fernando Collor de Mello teve na Itália dificuldades para soerguer o ânimo de investir no Brasil. Ouviu do IRI que grupos italianos de construção desejam entrar no Brasil para competir com as empreiteiras nacionais. A Fiat, por exemplo, pretende participar da construção da Ilha Vermelha, no Rio. Mas o mercado terá que ser aberto, sem reservas mentais nem legais. Outro dado relativo à dificuldade de obter dinheiro novo da Itália é o mesmo fenômeno que acontece no Brasil — a excessiva burocratização do Estado. A lei italiana de cooperação é muito confusa, e exige participação dos empresários. E, estes, esperam que as leis brasileiras se tornem mais atraentes.

Na Alemanha, Inglaterra ou Japão, os candidatos à Presidência observarão as mesmas restrições. Não haverá injeção de recursos no Brasil somente pelos belos olhos do novo Presidente.